



RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA

29 DE MAIO A 2 DE JUNHO DE 2023

CONGRESSO NACIONAL

Quarta-feira (31/5)

OUTROS EVENTOS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, às 14h00

Lançamento de Frente – **Tema:** Instalação e eleição da Frente Parlamentar de Apoio ao Microcrédito e às Microfinanças (FPAMM).

Resultado: Realizado. Eleito presidente o senador Esperidião Amin (PP/SC) e vice-presidente o deputado Emanuel Pinheiro Neto (MDB/MT).

CMMPV 1167/2023 - COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1167, DE 2023 (*Prorrogação do prazo de adequação à nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos*) / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 14h30

Reunião – Finalidade: Apreciação de [Plano de Trabalho](#).

Resultado: Realizada. Aprovado o Cronograma do Plano de Trabalho e designado relator-revisor o deputado Otto Alencar Filho (PSD/BA).

CCAI - COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 15h00 (Reunião secreta)

Reunião – Tema: Apresentação das iniciativas, desafios e perspectivas das políticas de inteligência no país.

Convidados:

- Rui Costa, ministro-chefe da Casa Civil;
- Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin);

Resultado: Realizada.

REQ 4/2023 - Requer, nos termos regimentais, que seja convidado para audiência pública o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino de Castro e Costa, para que apresente aos membros da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) o panorama atual e futuro para a segurança pública brasileira e defesa nacional, bem como as prioridades da Pasta.

Autor: Deputado Federal Paulo Alexandre Barbosa - PSDB/SP

Resultado: Não deliberado.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLEN - PLENÁRIO / Plenário da Câmara dos Deputados, 13h55

Quarta-feira (31/5), 9h55

MPV 1154/2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Autor: Presidência da República

Relator: Deputado Isnaldo Bulhões Jr. MDB/AL

Parecer: pela aprovação nos termos do PLV que apresenta.

Resultado: aprovado na forma do projeto de lei de conversão do deputado Isnaldo Bulhões Júnior (MDB/AL), com a retirada do trecho que autorizava o Poder Executivo a extinguir a Fundação Nacional de Saúde (Funasa). A matéria vai ao Senado Federal.

Terça-feira (30/5)

CSAÚDE - COMISSÃO DE SAÚDE / Anexo II, Plenário nº 07, às 10h

Audiência Pública – Tema: A atual situação das Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDPs).

Resultado: Realizada.

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / Anexo II, Plenário 05, 14h00

REQ 2/2023 - Requer a aprovação de convite ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, para expor o plano de trabalho do seu ministério.

Autor: Heitor Schuch PSB/RS

Resultado: Aprovado.

REQ 18/2023 - Solicita realização de Audiência Pública para discussão acerca do crescimento do comércio eletrônico no Brasil e o seu impacto na geração e empregos e renda, tributação, ambiente de negócios e acesso da população a bens de consumo.

Convidados: Secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas;

- Secretária de Competitividade e Regulação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Andrea Pereira Macera;
- Presidente da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico, Maurício Salvador;
- Presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo, Jorge Gonçalves Filho;
- Diretor Executivo da Shopee no Brasil, Jean Carlos Del Castillo;
- Diretor-geral da Shein no Brasil, Felipe Feistler;
- CEO da OLX no Brasil, Andries Oudshoorn;
- Presidente e um dos co-fundadores da Mercado Livre, Stello Tolda;
- Presidente da Amazon Brasil, Daniel Mazini.

Autor: Lucas Ramos PSB/PE

Resultado: Aprovado, com a substituição na lista de convidados dos representantes das empresas Shopee, Shein, OLX, Mercado Livre e Amazon por Igor Luna, da Câmara Brasileira de Economia Digital e pela sra. Silvia Faga, professora da FGV.

REQ 19/2023 - Requer a realização de Audiência Pública para debater os reflexos da transformação digital nos setores produtivos brasileiros na produtividade das empresas, redução de custos e acesso de produtos e serviços à população

- Convidados:
- Secretário de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Henrique de Oliveira Miguel;
 - Presidente da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação (Abipti), Paulo Rogério Foina;
 - Gerente de Transformação Digital da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Adryelle Pedrosa;
 - Gerente Executivo da Brazil Lab, Fernando Rabelo;
 - Diretor do Departamento de Estudos Políticos de Economia da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Luiz de Mello;
 - Presidente da Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), Igor Manhães Nazareth;
 - Diretor Executivo do Movimento Brasil Competitivo, Romeu Luiz Ferreira Neto;
 - Presidente da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), Francisco Saboya.

Autor: Lucas Ramos PSB/PE

Resultado: Aprovado, com a inclusão na lista de convidados de representante da ABES - Associação Brasileira das Empresas de Software.

PLP 122/2022 - Acrescenta parágrafo ao art. 74 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para possibilitar a constituição de preposto pelas microempresas e empresas de pequeno porte para participação em audiências nos juizados especiais cíveis.

Autor: Rubens Pereira Júnior PT/MA

Relator: deputado Helder Salomão - PT/ES

Parecer: pela aprovação.

Resultado: Aprovado. A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

PL 980/2019 - Altera o art. 31 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e o art. 52 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, a fim de possibilitar a participação em licitações de empresa que esteja em recuperação judicial.

Autor: Darci de Matos PSD/SC

Relator: Marangoni - UNIÃO/SP

Parecer: pela aprovação.

Resultado: Aprovado. A matéria segue para a Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

PL 3497/2021 - Acrescenta novo parágrafo único ao art. 166 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que “Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária”.

Explicação: determina que no âmbito da recuperação extrajudicial, na alienação judicial de filiais ou de unidades produtivas isoladas do devedor aplicar-se-á, no que couber, a não sucessão do adquirente nas obrigações do devedor.

Autor: Valtenir Pereira MDB/MT

Relator: Augusto Coutinho - REP/PE

Parecer: pela aprovação.

Resultado: Aprovado. A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 14h30

PL 462/2022 - Acrescenta o art. 438-A à Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, para dispor sobre a prestação de informações sobre a existência de criptoativos do tipo moeda digital (altcoins) e criptoativos não considerados criptomoedas (payment tokens) e dá outras providências:

Explicação: estabelece autorização legal para que magistrados possam determinar a expedição de ofício para que as corretoras de criptoativos (exchange) possam prestar informações acerca da existência criptoativos do tipo moeda digital (altcoins) e criptoativos não considerados criptomoedas (payment tokens).

Autor: Geninho Zuliani UNIÃO/SP

Relator: Laura Carneiro - PSD/RJ

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, com emenda, e, no mérito pela aprovação.

Resultado: Não deliberado.

GTALDIG – GRUPO DE TRABALHO SOBRE ALTERNATIVAS DIGITAIS DE TRIBUTAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO / Anexo II, Plenário nº 03, às 14h30

Audiência Pública – Tema: Tributação, Gênero e Raça.

Resultado: Realizada.

REQ 12/2023 - Requer a inclusão de convidados ao Requerimento nº 7/2023, que requer a realização de audiências públicas para debater a transformação digital da administração pública brasileira. Convidados:

- Representante da ANATI (Associação dos Analistas de Tecnologia da Informação do Governo Federal); e
- Mauro Silva, Presidente da Unafisco Nacional (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal).

Autor: Julio Lopes PP/RJ

Resultado: Não deliberado.

REQ 14/2023 - Requer a realização de reunião de audiência pública para debater o combate à pirataria e produtos ilícitos e a responsabilização de plataformas digitais.

Convidados:

- BPG (Brand Protection Group) – Grupo de Proteção à Marca;
- Luciana Hachmann, representante da Shopee;
- Mercado Livre;
- Andrey Corrêa, Secretário Executivo do CNCP (Conselho Nacional de Combate à Pirataria); Representante da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) no CNCP (Conselho Nacional de Combate à Pirataria); e
- Andrea Macera, Secretária de Competitividade e Política Regulatória do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Autor: Julio Lopes PP/RJ

Resultado: Não deliberado.

REQ 15/2023 - Requer a inclusão de convidado ao Requerimento nº 7/2023, que requer a realização de audiências públicas para debater a transformação digital da administração pública brasileira.

Convidado:

- Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - Anfp.

Autor: Julio Lopes PP/RJ

Resultado: Não deliberado.

CPD - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA / Anexo II, Plenário 13, 15h00

PL 5687/2019 - Acrescenta dispositivo à Lei no 10.048, de 8 de novembro de 2000.

Explicação: dispõe que, para a concessão de alvará de funcionamento ou sua renovação, devem ser observadas e certificadas as regras de acessibilidade e nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, salvo no caso de microempresas e de empresas de pequeno porte enquadradas no Simples Nacional.

Autor: Junio Amaral PSL/MG

Relator: Léo Prates - PDT/BA

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício, por solicitação do Relator.

SUBESPEL – SUBCOMISSÃO ESPECIAL DOS ESPORTES ELETRÔNICOS / Anexo II, Térreo, Ala C, sala 2, às 18h

Reunião – Tema: Apresentação do Plano de Trabalho.

Resultado: Realizada.

Quarta-feira (31/5)

CCTCI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Anexo II, Plenário nº 13, às 9h

Reunião – Tema: Ciclo de Diálogo com a União Europeia/Brasil sobre “Prioridades Legislativas - Regulação de Serviços Digitais: Lições Aprendidas na União Europeia”.

Resultado: Realizada.

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Anexo II, Plenário 10, 09h30

PL 1428/2015 - Altera os arts.1º, 6º e 19, da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que dispõe sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec; e dá outras providências

Autor: Carlos Sampaio PSDB/SP

Relator: Ricardo Ayres - REP/TO

Parecer: pela aprovação, com emenda.

Resultado: Vista conjunta aos deputados Abilio Brunini (PL/MT), Pedro Uczai (PT/SC) e Tarcísio Motta (PSOL/RJ).

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / Anexo II, Plenário 05, 10h00 / NÃO REALIZADA

REQ 7/2023 - Requer a realização de audiência pública para debater sobre "As Experiências Internacionais no Desenvolvimento e Regulamentação dos Mercados Digitais", no âmbito desta CDE relativo ao [PL 2768/2022](#) sob minha relatoria.

Explicação: O PL 2768/2022, entre outros, atribui à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) o poder de regular o funcionamento e a operação das plataformas digitais que operam no Brasil.

Convidados:

- Krisztian Katona, Vice-Presidente Global de Competitividade e Regulatório na Computer & Communications Industry Association (CCIA);
- Assimakis Komninou, especialista em Digital Markets Act (DMA) e Digital Services Act (DSA);
- Jorge Padilla, especialista em competitividade na União Europeia; Lars Kjolbye, especialista em competitividade na União Europeia;
- Pablo Ibáñez Colomo, professor na London School of Economics; Oke Odudu, professor em Cambridge University; Nicolas Petit, professor no European University Institute; e
- Giorgio Monti, professor na Tilburg University.

Autor: Any Ortiz CID/RS

Resultado: Não deliberado.

REQ 8/2023 - Requer a realização de audiência pública para debater sobre "Competência de Regulação e os Mercados Digitais" nesta CDE relativo ao [PL 2768/2022](#) sob minha relatoria.

Convidados:

- Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- Conexis Brasil Digital;
- Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br);
- Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom);
- Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes);
- Google; e
- Netflix.

Autor: Any Ortiz CID/RS

Resultado: Não deliberado.

REQ 9/2023 - Requer a realização de audiência pública para debater sobre "Competitividade e Concorrência nos Mercados Digitais" no âmbito desta CDE relativo ao [PL 2768/2022](#) sob minha relatoria.

Convidados:

- Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade);
- Secretaria de Competitividade e Política Regulatória do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;
- Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (Ibrac);
- Apple;
- Spotify; e
- Mercado Livre.

Autor: Any Ortiz CID/RS

Resultado: Não deliberado.

REQ 10/2023 - Requer a realização de audiência pública para debater a sobre "Empreendedorismo nos Mercados Digitais" no âmbito desta CDE relativo ao [PL 2768/2022](#) sob minha relatoria.

Convidados:

- Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil);
- Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;
- Câmara de Comércio Internacional (ICC Brasil);
- Sebrae;
- Interactive Advertising Bureau (IAB Brasil);
- Meta;

Autor: Any Ortiz CID/RS

Resultado: Não deliberado.

REQ 12/2023 - Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre os critérios da multa aplicada às entidades de direito privado em caso de vazamento de dados pessoais, mérito do [PL 3420/2019](#), sob minha relatoria.

Convidados:

- Patrícia Peck Garrido Pinheiro: Coordenadora do Grupo de Trabalho de Ações Educativas - Cultura de Proteção de Dados do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade.
- Ana Paula Bialer: representante da Brasscom - Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e Tecnologias Digitais.
- Rodrigo Badaró Almeida de Castro: Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).
- Bruno Bioni: representante da Data Privacy Brasil, organização da sociedade civil com atuação comprovada em proteção de dados pessoais
- Stefani Juliana Vogel: presidente suplente do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade.
- Estela Aranha: Assessora Especial do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública
- Casa Civil da Presidência da República
- Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)

Autor: Jadyel Alencar PV/PI

Resultado: Não deliberado.

PLP 52/2022 - Altera a lei complementar 147 de 7 de agosto de 2014.

Explicação: altera a lei complementar para acrescentar um membro da Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Comicro e um membro da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais – Conampe passam a constar como Confederações representativas no Conselho Deliberativo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae.

Autor: Julio Cesar Ribeiro REP/DF

Relator: Antônio Lúcia - REP/AC

Parecer: pela aprovação.

VTs 1, Luiz Gastão - PSD/CE

Resultado: Não deliberado.

PL 4721/2020 - Proíbe a utilização dos recursos dos programas de crédito criados para enfrentar os efeitos econômicos da pandemia do Covid-19 na aquisição de bens, direitos ou em operações de câmbio que não estejam diretamente relacionados à atividade operacional da pessoa jurídica ou em investimentos no mercado financeiro.

Explicação: veda o desvio de finalidade na utilização de recursos dos programas de crédito governamentais criados em virtude da Covid-19, incluindo aquisição de bens, investimento no mercado financeiro e operações de câmbio.

Autor: Luis Tibé AVANTE/MG

Relator: Antônia Lúcia - REP/AC

Parecer: pela rejeição.

Resultado: Não deliberado.

CFT – COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 04, 10h00

REQ 38/2023 - Requer a realização de audiência pública para discutir a reforma tributária no setor de serviços.

Explicação:

- Sérgio Mena Barreto – CEO da Associação Brasileira das Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma);
- João Galassi – Presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras);
- Associação Nacional das Universidades Particulares – Anup;
- Associação Brasileira da Educação Básica da Livre Iniciativa – Abreduc;
- Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços – CNSaúde;
- Confederação Nacional do Comércio – CNC;
- Aneps - Associação Nacional dos Profissionais e Empresas Promotoras de Crédito e Correspondentes.

Autor: Capitão Alberto Neto PL/AM

Resultado: Aprovado, com inclusão de Sérgio Gobetti, Professor da UnB e representante do IPEA.

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / Anexo II, Plenário 08, 10h00 / NÃO REALIZADA

PL 1954/2022 - Dispõe sobre o tempo como bem de valor jurídico essencial para o exercício dos direitos da personalidade, devendo ser considerado para fins de reparação integral dos danos ao consumidor.

Explicação: entre outros, reconhece o tempo como um bem de valor jurídico, e altera o Código de Defesa do Consumidor para considerar, para fins de indenizações, práticas abusivas condutas do fornecedor que impliquem na perda de tempo do consumidor. Além disso, determina que o fornecedor de serviços deverá utilizar de todos os esforços para prevenir a perda de tempo indevida do consumidor.

Autor: Carlos Veras PT/PE

Relator: deputado Vinicius Carvalho - REP/SP

Parecer: pela rejeição.

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Anexo II, Plenário 13, 10h00 / CANCELADA

REQ 18/2023 - Requer que seja realizada audiência pública, com objetivo de apresentar os projetos e programas da Finep com a seguinte apresentação "A Finep e o financiamento da Ciência e Inovação Brasileira".

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

PLP 81/2022 - Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao desenvolvimento tecnológico das telecomunicações custeadas por fundo criado para tal finalidade.

Explicação: determina ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) as mesmas condições do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), na qual veda o contingenciamento e desvinculação de recursos do fundo e estabelece o limite de 50% para aplicações em recursos reembolsáveis. Ademais, destina 30% dos recursos para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Autor: André Figueiredo PDT/CE

Relator: Gilvan Maximo - REP/DF

Parecer: pela aprovação.

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

PL 1006/2022 - Institui a Lei Geral das Atividades Espaciais e altera a Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994.

Explicação: a Lei dispõe sobre as atividades especiais vinculadas à defesa e à segurança nacionais e o uso de bandas de frequência e posição orbitais geoestacionárias.

Autor: Pedro Lucas Fernandes UNIÃO/MA

Relator: deputado Cleber Verde - REP/MA

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO / Anexo II, Plenário 12, 10h00

REQ 35/2023 - Requer a realização de audiência pública destinada a debater a situação dos trabalhadores por aplicativo no Brasil.

Convidados:

- Ministério do Trabalho e Emprego;
- Ministério Público do Trabalho;
- Sergio Nobre
- Presidente da CUT Nacional;
- Leandro da Cruz Medeiros;
- Stattes - Sindicato dos trabalhadores com aplicativo – SP;
- Fenasmapp - Presidente da Federação dos Trabalhadores com Aplicativo;
- Carina Mineia dos Santos Trindade;
- Simtrapli - Sindicato dos motoristas em transportes privados por Aplicativos – RS.

Autor: Vicentinho PT/SP

Resultado: Aprovado.

CDHMIR - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL / Pauta divulgada após o envio da agenda / CANCELADA

REQ 109/2023 - Requeiro a retificação e o aditamento do Requerimento 87/2023, que trata da realização do Seminário sobre a promoção e a proteção dos direitos digitais no Brasil pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR).

Convidados:

- Telegram
- Instagram
- Twitter
- Facebook
- Google
- Youtube
- Whatsapp
- TikTok

Autor: Luizianne Lins PT/CE

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

REQ 110/2023 - Requeiro a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de Audiência Pública sobre a proteção dos direitos dos usuários de aplicativos de relacionamento.

Convidados:

- Tinder.
- Happn.
- Badoo.
- Grindr.
- OKCupid.
- Zoe.
- InnerCircle.
- Bumble.
- Vítimas de golpes de aplicativos ou seus representantes legais.
- Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio (ITS).
- SaferNet.
- Ministério da Justiça e da Segurança Pública.
- Ministério Público Federal.

Autor: Luizianne Lins PT/CE

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO / Anexo II, Plenário 11, 14h00 / NÃO REALIZADA

REQ 33/2023 - Requerem que seja convocado o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino.

Autor: Bibó Nunes PL/RS

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

PL 5347/2020 - Cria a Lei de Enfrentamento à Desinformação nas Eleições.

Explicação: obriga as plataformas digitais dos provedores de aplicação de Internet Facebook, Instagram, Twitter, Google e outros a disponibilizarem na abertura das timelines dos usuários brasileiros, recurso denominado “megafone” para que os tribunais eleitorais possam disponibilizar mensagens relevantes acerca da organização e das medidas de segurança sanitárias das eleições brasileiras.

Autor: Roberto de Lucena PODE/SP

Relator: Simone Marquette - MDB/SP

Parecer: pela aprovação deste, com Substitutivo, e pela rejeição do PL 5567/2020, apensado.

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

PL 2076/2022 - Institui o Dia Nacional da Proteção de Dados.

Explicação: fica instituído o “Dia Nacional da Proteção de Dados”, a ser celebrado, anualmente, no dia 17 de agosto.

Autor: Senado Federal - Eduardo Gomes PL/TO

Relator: Fred Linhares - REP/DF

Parecer: pela aprovação.

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

PLP 218/2020 - Institui a Contribuição Social sobre Serviços Digitais incidente sobre a receita bruta de serviços digitais prestados pelas grandes empresas de tecnologia (CSSD), destinada ao financiamento de programas de renda básica.

Explicação: A CSSD corresponde à arrecadação de receita bruta decorrente da exibição de publicidade em plataforma digital; da disponibilização de uma plataforma digital que permite a interação entre usuários com o objetivo de venda de mercadorias ou de prestação de serviços diretamente entre esses usuários; bem como a transmissão de dados de usuários coletados durante o uso de uma plataforma digital ou gerados por esses usuários. Compreende-se que a contribuição tem caráter de incidência sobre conteúdo publicizado em território nacional.

Autor: Danilo Forte PSDB/CE

Relator: Mauricio Marcon - PODE/RS

Parecer: pela rejeição deste, e do PLP 241/2020, apensado.

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

Sexta-feira (2/6)**GTSTN – GRUPO DE TRABALHO SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL** / Anexo II, Plenário nº 02, às 8h30

Visita Técnica – Tema: Reunião com a Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC).

Resultado: Realizada.

SENADO FEDERAL**PLENÁRIO** / Plenário do Senado Federal**Terça-feira (30/5), 14h00**

PLP 41/2019 - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelecendo critérios objetivos, metas de desempenho e procedimentos para a concessão, alteração e avaliação periódica dos impactos econômico-sociais de incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial para pessoas jurídicas do qual decorra diminuição de receita ou aumento de despesa, e dá outras providências.

Explicação: estabelece mecanismos de aferição dos impactos causados por incentivos ou benefícios de natureza tributária, financeira, fiscal ou patrimonial concedidas a contribuinte, bem como para prever a divulgação da lista de beneficiários dos incentivos ou benefícios, com os respectivos valores aproveitados.

Autor: Senador Esperidião Amin

Relator: Oriovisto Guimarães (PODE/PR)

Parecer: pendente

Resultado: Retirado de pauta.

PL 776/2019 - Altera a Lei nº 9.250, de 1995, para permitir a dedução das doações a projeto de pesquisa científica e tecnológica executado por Instituição Científica e Tecnológica (ICT), ou por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

Explicação: Altera a Lei do Imposto de Renda para permitir a dedução da base de cálculo de doações feitas a projetos de pesquisa científica e tecnológica executados por Instituição Científica e Tecnológica.

Autor: Senador Chico Rodrigues

Relator: Senador Flávio Arns PSB/PR

Parecer: pela aprovação na forma da Emenda nº 5-CAE (substitutivo), com a correção de erro redacional

Resultado: Aprovado. A matéria segue para a Câmara dos Deputados.

PRS 63/2023 - Altera o Regimento Interno do Senado Federal e a Resolução do Senado Federal nº 3, de 2009, para criar a Comissão de Comunicação (CCom), a Comissão de Esporte (CEsp), e a Comissão de Defesa da Democracia (CDD) e redefinir as competências e a denominação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). *Item incluído após o envio da agenda.*

Explicação: entre outros, cria a Comissão de Comunicação (CCom), que terá, entre outros, a competência de opinar sobre inovação e desenvolvimento científico e tecnológico das comunicações; regime jurídico das comunicações; liberdade de imprensa, meios de comunicação e redes sociais; serviços postais de comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, internet; e regulamentação, controle e questões éticas referentes à comunicação. Além disso, transforma a Comissão do Senado do Futuro em Comissão de Defesa da Democracia (CDD), que opinará, entre outros, sobre a liberdade de expressão, liberdade de imprensa e atividades de informação e contrainformação.

Autor: Comissão Diretora do Senado Federal

Relator: Senador Eduardo Gomes

Parecer: pendente

Relator de Plenário: Senador Eduardo Gomes

Resultado: Retirado de pauta.

Quinta-feira (1º/6), 11h00

PL 1085/2023 - Dispõe sobre a igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Explicação: Entre outros, determina a publicação de relatórios de transparência salarial e remuneratória pelas pessoas jurídicas de direito privado com vinte ou mais empregados. Uma vez identificadas divergência, caberá à empresa apresentar e implementar plano de ação para mitigar a desigualdade.

Autor: Poder Executivo

Relatora: Senadora Teresa Leito - PT/PE

Parecer: favorável ao projeto com rejeição das Emendas de nº 1 a 10-U, e com uma Emenda de redação que apresenta.

Resultado: Aprovado, nos termos, com as Emendas de redação, com voto contrário do Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). A matéria vai à sanção.

MPV 1154/2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Autor: Presidência da República

Relator: senador Jaques Wagner PT/BA

Parecer: pela aprovação, na forma do projeto de lei de conversão da Câmara

Resultado: Aprovado na forma do texto encaminhado pela Câmara. A matéria vai à sanção.

Segunda-feira (29/5)

CDH – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, às 9h

Audiência Pública – Tema: Debater sobre o Estatuto do Trabalho: com foco na igualdade salarial entre homens e mulheres.

Resultado: Realizada.

Terça-feira (30/5)

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 09h00

PL 2796/2021 - Cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia.

Explicações: define jogo eletrônico (excluindo máquinas de azar, como caça-níqueis), regulamenta o uso dos videogames para aprendizado e para fins terapêuticos, bem como dispõe sobre o tratamento tributário dos videogames.

Prevê ainda estímulo do Estado à formação de programadores e envolvimento de adolescentes com o desenvolvimento de videogames.

Autor: Câmara dos Deputados

Relator: Senador Irajá - PSD/TO

Parecer: favorável ao projeto com uma emenda

Resultado: Vista coletiva.

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, 10h00

PL 786/2023 - Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para dispor sobre os compromissos de investimentos decorrentes de autorizações para prestação de serviços de telecomunicações móveis e de adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações, bem como de prorrogações do direito de uso das radiofrequências necessárias.

Explicações: entre outros pontos, prevê que a prorrogação de autorização do uso de radiofrequências necessárias e a autorização para prestação de serviço de telecomunicações móveis de interesse coletivo, condicionando à aceitação dos compromissos de instalação e manutenção de acessos à internet em banda larga em todas as escolas públicas de educação básica.

Autor: Senador Flávio Arns - PSB/PR

Relatora: Senadora Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO

Parecer: pela aprovação

Resultado: Aprovado. A matéria segue para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Quarta-feira (31/5)

CCT - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 11h00 / Pauta divulgada após o envio da agenda.

PL 3610/2021 - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre utilização de soluções tecnológicas que permitam a disponibilização imediata dos dados coletados para órgãos e entidades responsáveis pela fiscalização de trânsito e segurança pública.

Explicação: contempla a utilização de soluções tecnológicas que permitam a comunicação entre os aparelhos eletrônicos ou equipamentos audiovisuais de fiscalização, ou entre qualquer meio tecnologicamente disponível de fiscalização; o georreferenciamento do veículo infrator e da disponibilização imediata das informações e dos dados instantâneos coletados para órgãos e entidades responsáveis pela fiscalização de trânsito e segurança pública, quando os equipamentos constatarem que a velocidade instantânea do veículo tenha ultrapassado em 50% o permitido na via, constatado de forma sucessiva por, no mínimo, três aparelhos eletrônicos ou equipamentos audiovisuais de fiscalização, ou por quaisquer meios tecnologicamente disponíveis de fiscalização.

Autor: Senador Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB

Relator: Senador Rodrigo Cunha - UNIÃO/AL

Parecer: pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado. A matéria segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

CDH - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, 11h00 / Pauta divulgada após o envio da agenda.

PL 1085/2023 - Dispõe sobre a igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Explicação: Entre outros, determina a publicação de relatórios de transparência salarial e remuneratória pelas pessoas jurídicas de direito privado com vinte ou mais empregados. Uma vez identificadas divergências, caberá à empresa apresentar e implementar plano de ação para mitigar a desigualdade.

Autor: Câmara dos Deputados

Relatora: Senadora Zenaide Maia PSD/RN

Parecer: favorável ao projeto com rejeição das Emendas de nº 1 a 10-U, e com uma Emenda de redação que apresenta.

Resultado: Aprovado. A matéria foi ao Plenário, onde também foi aprovada. Segue à sanção.

CAS - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, 14h00 / *Pauta divulgada após o envio da agenda.*

PL 1085/2023 - Dispõe sobre a igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Explicação: Entre outros, determina a publicação de relatórios de transparência salarial e remuneratória pelas pessoas jurídicas de direito privado com vinte ou mais empregados. Uma vez identificadas divergência, caberá à empresa apresentar e implementar plano de ação para mitigar a desigualdade.

Autor: Câmara dos Deputados

Relatora: Senadora Teresa Leitão - PT/PE

Parecer: favorável ao projeto com uma emenda que apresenta, e contrário às Emendas nº 1-U a 10-U

Resultado: Aprovado. A matéria foi ao Plenário, onde também foi aprovada. Segue à sanção.

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, 14h30 / *Pauta divulgada após o envio da agenda.*

PL 1085/2023 - Dispõe sobre a igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Explicação: Entre outros, determina a publicação de relatórios de transparência salarial e remuneratória pelas pessoas jurídicas de direito privado com vinte ou mais empregados. Uma vez identificadas divergência, caberá à empresa apresentar e implementar plano de ação para mitigar a desigualdade.

Autor: Câmara dos Deputados

Relatora: Senadora Teresa Leitão - PT/PE

Parecer: favorável ao projeto com uma emenda de redação de sua autoria e contrário às emendas de 1 a 11.

Resultado: Aprovado. A matéria foi ao Plenário, onde também foi aprovada. Segue à sanção.